

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Liberal

Class.: 97

Data: 20/03/88

Pg.: _____

Questão indígena não fica em segundo plano

Brasília (AJB) — A decisão da Assembléia Nacional Constituinte em somente permitir mineração em áreas indígenas com autorização do Congresso Nacional é, na opinião do presidente da Funai, Romero Jucá Filho, "uma demonstração da importância que os parlamentares dão à questão indígena em nosso país".

— É importante que questões polêmicas como esta passem pelo Congresso Nacional pois haverá uma consciência maior sobre o que é a questão indígena e sua importância para a sociedade como um todo. Estando na alçada do Congresso Nacional, a questão estará, de uma forma ou de outra, sob a alçada da própria sociedade nacional, observou o presidente da Funai.

Segundo Jucá Filho, a decisão do Congresso Nacional é mais um passo para o resgate político da questão indígena e da própria Fundação Nacional dos Índios no contexto nacional. "Ganhamos aliados no processo de desenvolvimento das comunidades indígenas que, cientes do potencial mineral de suas terras, querem e tem o direito de explorar estes recursos" — sentenciou Jucá.

O presidente da Funai, observa ainda um outro ponto de destaque com relação da decisão do Congresso Nacional: por ser uma questão extremamente polêmica e comumente distorcida por pessoas que manipulam informações a respeito do assunto, a decisão dos constituintes garante que a mineração em áreas indígenas será tratada sob uma ótica que vise defender os anseios das comunidades e os interesses nacionais.

— O envolvimento internacional no tocante a exploração mineral em áreas indígenas brasileiras é patente. Tenho certeza de que os nossos congressistas saberão perfeitamente, relevar estes interesses em função dos interesses nacio-

nais, dando uma maior legitimidade a exploração mineral nas áreas indígenas sempre que se fizer necessário, até mesmo diante da vontade manifesta das comunidades em fazer uso do minério que se encontra em seu subsolo — concluiu o presidente da Funai.

Brasília (AJB) — Todas as propostas que tratam de iniciativa popular junto ao Poder Legislativo serão analisadas no final da votação do capítulo que trata do assunto. O acordo foi firmado entre as lideranças partidárias anteontem para não comprometer as votações dessas emendas com o baixo comparecimento dos parlamentares em plenário. A votação do tema vai ocorrer na segunda-feira.

Uma das emendas que será analisada é o texto da comissão de Sistematização que foi excluído da proposta do Centrão, já aprovada. A emenda garante que a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de iniciativa popular. A outra proposta diz que "o cidadão" poderá ter a iniciativa de leis ordinárias ou complementares e é de autoria da deputada Myrryan Portela (PDS-PI).

Caso as duas propostas sejam aprovadas, serão votados então dois parágrafos do projeto constitucional que foram excluídos pelo texto do Centrão e disciplinam como será esta iniciativa popular. Tanto a proposta de emenda à construção como a de lei ordinária devem ser apresentadas por 0,3% do leitorado nacional, distribuído em pelo menos 5 Estados, com não menos de 0,1% de cada um deles.

O outro parágrafo trata do referendo popular e diz que será determinado pelo presidente da República para deliberar sobre a anulação total ou parcial de emenda à Constituição ou de lei, quando o requerirem no mínimo, 2% do eleitorado nacional, distribuídos em 5 Estados, com não menos 0,5% dos eleitores de cada um deles.